Estratégia
CONCURSOS

Aul

Economia Brasileira p/ BACEN (Analista Área 3 - Política Econômica e Monetária) Com videoaulas -2013

Professor: Vicente Camillo

Apresentação do Curso **2**
Conteúdo e Estrutura do Curso *3*
Metodologia *4*
A Metodologia Funciona? *4*
Avisos *5*
Governo Dutra (1946-1950) **7**
Governo Vargas (1951-1954) **16**
Governo JK (1956-1960) **22**
Governos Quadros e Goulart (1961-1964) **29**
Lista de Questões e Gabarito **32**
Gabaritos *41*
Questões Resolvidas **42**
Considerações Finais **55**



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Estimado aluno (a), tudo bem?

Fico muito satisfeito em ministrar este curso de **ECONOMIA BRASILEIRA PARA ANALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (ÁREA 3 – POLÍTICA ECONÔMICA)**.

O curso está sendo lançado com base no último edital, publicado pela CESPE/UNB[1]. (**É importante citar que o presente curso contempla 100% do conteúdo exigido pelo edital).**

Bom, meu nome é Vicente Camillo, sou **Economista** formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com especializações em **Regulação do Mercado de Capitais** (Columbia Law School), **Contabilidade e Auditoria** (FIPECAFI/USP) e **Carreiras Públicas** (Anhanguera/Uniderp).

Atualmente trabalho na Comissão de Valores Mobiliários, cuja sede (meu local de trabalho) é no Rio de Janeiro/RJ. Lá trabalho com a regulação das companhias abertas, além de representar a autarquia em fóruns nacionais e internacionais sobre governança corporativa e desenvolvimento.

Ministro aulas de Economia, Conhecimentos Bancários, Estrutura e Funcionamento do Sistema Financeiro e Direito Societário, em nível de graduação, em cursos livres preparatórios para concursos públicos e certificações. Sou professor do **Estratégia Concursos desde 2013!**

Além do meu e-mail **vdalvocamillo@gmail.com** e do **Fórum de Dúvidas** disponível na área restrita aos alunos matriculados no curso, você pode me encontrar em minha página pessoal do Facebook, onde posto, rotineiramente, materiais, dicas, exercícios resolvidos e assuntos relacionados. É só acessar em:

[1] http://www.cespe.unb.br/concursos/BACEN_13_ANALISTA_TECNICO/arquivos/ED_1_2013_BACEN_ABT_AT.PDF

https://www.instagram.com/profvicentecamillo

https://www.facebook.com/profvicentecamillo

CONTEÚDO E ESTRUTURA DO CURSO

Nosso curso será dividido em 05 aulas e abordará os tópicos citados no Edital.

Em todas aulas adotaremos a mesma metodologia: **apresentação teórica e resolução de (muitos!) exercícios.**

O curso também irá também contemplar vídeo aulas para todos os tópicos. Caso você não as tenha visualizado, é porque estão sendo gravadas e em processo de edição.

O aluno interessado na aprovação neste certame necessita cumprir com dois objetivos: **compreender a matéria e saber resolver as questões**. Nada adianta saber tudo sobre mercado de valores mobiliários, mas não ter a prática (a manha) na resolução de questões. Afinal, o que **importa** é pontuar o máximo possível na prova!

Por isto que me comprometo na oferta destes dois pressupostos necessários para sua aprovação. A apresentação da teoria será feita de modo a facilitar a compreensão e memorização da mesma. A resolução de questões permite colocar em prática o esforço da compreensão.

Assim, as aulas terão a seguinte estrutura:

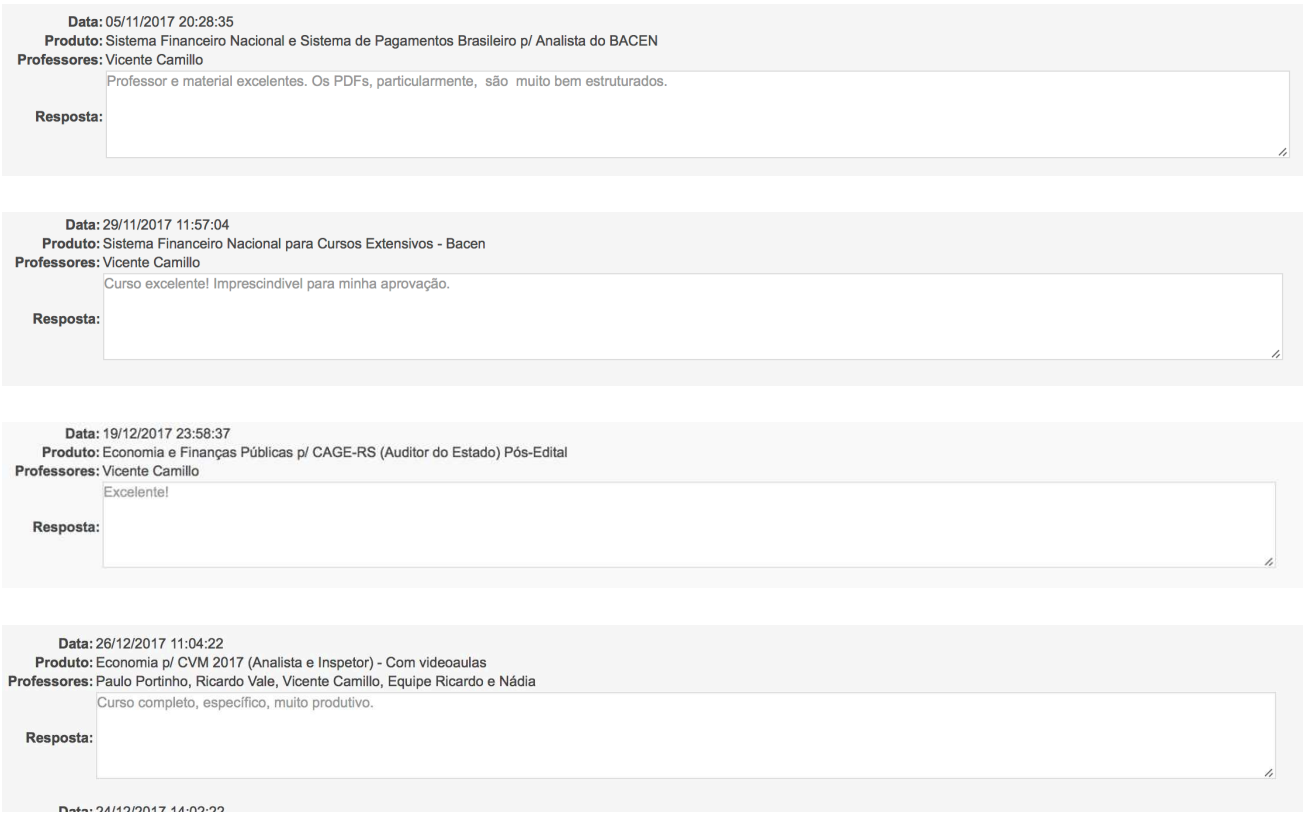
- **Teoria** esquematizada e adequada à linguagem da banca
- **Questões** resolvidas da banca organizadora
- **Videoaulas**
- **Fórum de dúvidas** e atendimento individualizado ao aluno

METODOLOGIA

- Os assuntos serão tratados **ponto a ponto**, com **LINGUAGEM OBJETIVA**, **CLARA, ATUALIZADA** e de **FÁCIL ABSORÇÃO**. Teremos, ainda, **videoaulas** da matéria para que você possa complementar o estudo. Tudo para facilitar o aprendizado.
- A resolução de questões é **uma das técnicas mais eficazes para a absorção do conhecimento** e uma importante ferramenta para sua preparação, pois além de aprender a parte teórica, você aprende a fazer a prova. Quanto mais questões forem feitas, melhor tende a ser o índice de acertos. O motivo é muito simples: quando falamos em provas de concurso, todo aluno deve ter em mente que o seu objetivo é aprender a resolver questões da forma como elas são elaboradas e cobradas pelas bancas.
- O foco no Estratégia Concursos são os materiais em pdf. **As aulas em vídeo visam COMPLEMENTAR o estudo** e compreendem a **PARTE TEÓRICA DOS PRINCIPAIS PONTOS DA DISCIPLINA**. O objetivo é facilitar o aprendizado e a absorção do conteúdo daqueles que terão um primeiro contato com a disciplina.
- Nosso estudo não se limita apenas à apresentação das aulas ao longo do curso. É natural surgirem dúvidas. Por isso, estarei sempre à disposição para **responder aos seus questionamentos por meio do fórum de dúvidas.**

A METODOLOGIA FUNCIONA?

Acreditamos que a nossa metodologia seja o ideal para o nosso objetivo: **Fazer você acertar as questões de prova.** Temos certeza que estamos no caminho certo quando recebemos avaliações através do nosso sistema em relação aos cursos ministrados, como as apresentadas abaixo:



Data: 05/11/2017 20:28:35
Produto: Sistema Financeiro Nacional e Sistema de Pagamentos Brasileiro p/ Analista do BACEN
Professores: Vicente Camillo
Resposta: Professor e material excelentes. Os PDFs, particularmente, são muito bem estruturados.

Data: 29/11/2017 11:57:04
Produto: Sistema Financeiro Nacional para Cursos Extensivos - Bacen
Professores: Vicente Camillo
Resposta: Curso excelente! Imprescindível para minha aprovação.

Data: 19/12/2017 23:58:37
Produto: Economia e Finanças Públicas p/ CAGE-RS (Auditor do Estado) Pós-Edital
Professores: Vicente Camillo
Resposta: Excelente!

Data: 26/12/2017 11:04:22
Produto: Economia p/ CVM 2017 (Analista e Inspetor) - Com videoaulas
Professores: Paulo Portinho, Ricardo Vale, Vicente Camillo, Equipe Ricardo e Nádia
Resposta: Curso completo, específico, muito produtivo.

E, é claro, você pode também conferir os resultados dos nossos alunos no seguinte endereço: https://www.estrategiaconcursos.com.br/resultados

AVISOS

Seguem alguns avisos para sua organização e conhecimento. Já aproveito para te desejar bons estudos, persistência e sucesso nessa caminhada. Afinal, este é o lema do Estratégia Concursos:

"O SEGREDO DO SUCESSO É A CONSTÂNCIA NO OBJETIVO"

Este curso é protegido por direitos autorais (copyright), nos termos da Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Grupos de rateio e pirataria são clandestinos, violam a lei e prejudicam os professores que elaboram os cursos.

Antes de iniciarmos o nosso curso, vamos a alguns AVISOS IMPORTANTES:

1) Com o objetivo de *otimizar os seus estudos*, você encontrará, em *nossa plataforma (Área do aluno)*, alguns recursos que irão auxiliar bastante a sua aprendizagem, tais como *"Resumos"*, *"Slides"* e *"Mapas Mentais"* dos conteúdos mais importantes desse curso. Essas ferramentas de aprendizagem irão te auxiliar a perceber aqueles tópicos da matéria que você precisa dominar, que você não pode ir para a prova sem ler.

2) Em nossa Plataforma, procure pela *Trilha Estratégica e Monitoria* da sua respectiva área/concurso alvo. A Trilha Estratégica é elaborada pela nossa equipe do *Coaching*. Ela irá te indicar qual é exatamente o *melhor caminho* a ser seguido em seus estudos e vai te ajudar a *responder as seguintes perguntas*:

- Qual a melhor ordem para estudar as aulas? Quais são os assuntos mais importantes?

- Qual a melhor ordem de estudo das diferentes matérias? Por onde eu começo?

- "*Estou sem tempo e o concurso está próximo!*" Posso estudar apenas algumas partes do curso? O que priorizar?

- O que fazer a cada sessão de estudo? Quais assuntos revisar e quando devo revisá-los?

- A quais questões deve ser dada prioridade? Quais simulados devo resolver?

- Quais são os trechos mais importantes da legislação?

3) Procure, nas instruções iniciais da "Monitoria", pelo *Link* da nossa *"Comunidade de Alunos"* no Telegram da sua área / concurso alvo. Essa comunidade é *exclusiva* para os nossos assinantes e será utilizada para orientá-los melhor sobre a utilização da nossa Trilha Estratégica. As melhores dúvidas apresentadas nas transmissões da "*Monitoria*" também serão respondidas na nossa *Comunidade de Alunos* do Telegram.

(*) O Telegram foi escolhido por ser a única plataforma que preserva a intimidade dos assinantes e que, além disso, tem recursos tecnológicos compatíveis com os objetivos da nossa Comunidade de Alunos.

GOVERNO DUTRA (1946-1950)

O Governo Dutra é iniciado logo após o final da 2ª. Guerra Mundial. Compreender o início do referido Governo é compreender o contexto ao qual o Brasil estava inserido à época.

Como discutido no tópico específico, a 2ª. Guerra Mundial trouxe uma grande aproximação nas relações entre Brasil e EUA. Como importante aliado, o Brasil estreitou laços econômicos e estratégicos com os norte americanos, o que resultou, por exemplo, em incentivos para a construção de industrias de base em nosso país (como a CSN e a Vale do Rio Doce) e infraestrutura.

E, neste contexto inicia-se o Governo Dutra. Ou seja, na expectativa de que o auxílio econômico promovido pelos EUA continuasse.

Em termos de política econômica, Giambiagi (2011)[2]cita que:

> *"As perspectivas que o governo Dutra tinha em seu início foram fundamentalmente determinadas pela ideia de uma rápida reorganização da economia mundial, de acordo com os princípios liberais de Bretton Woods (e que envolviam, prioritariamente, a eliminação das barreiras ao livre fluxo de bens e a multilateralização*
>
> *do comércio internacional). Entretanto, esses princípios não foram implementados automaticamente e, aos poucos, as concepções iniciais do governo foram sendo erodidas.*
>
> *Pode-se considerar que, ao final da Segunda Guerra, as autoridades monetárias e cambiais do Brasil se tornaram vítimas de uma espécie de "ilusão de divisas", que se apoiava na percepção de que o país estaria em situação bastante confortável com relação às suas reservas*

[2] Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945-2010 / [organizadores Fabio Giambiagi... et al.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

internacionais. Além de se julgar credor dos Estados Unidos pela colaboração oferecida durante a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro acreditava que uma política liberal de câmbio seria capaz de atrair fluxos significativos de investimentos diretos estrangeiros. Havia, ainda, a esperança de uma alta expressiva dos preços internacionais do café, em consequência, principalmente, da eliminação, em julho de 1946, de seu preço-teto por parte do governo norte-americano".

Com base nesta ideia de cenário externo positivo, a política econômica no inicio do Governo Dutra oi direcionada à resolução da inflação (11% e 22% em 1945 e 1946, respectivamente), vista à época como o grande problema econômico brasileiro. Fruto aa expansão de gastos públicos promovida no Governo Vargas, a política econômica de Dutra entendia que políticas fiscal e monetária restritivas resolveriam a questão.

Após um enorme déficit no orçamento da União em 1946, a contração do investimento público em 1947 e 1948 permitiu a obtenção de pequenos superávits naqueles dois anos (política fiscal contracionista). No entanto, a política monetária, não obteve o mesmo sucesso por conta da pressão gerada pela expansão do crédito do Banco do Brasil que, em 1948, apresentou crescimento real de 4,0%, voltado principalmente para o financiamento à indústria. O PIB cresceu 9,7% em 1948 (graças, sobretudo, ao crescimento industrial). Já a inflação — após cair para 2,7% em 1947 — alcançou 8,0% no ano seguinte.

Já em 1949, a substituição do Ministro Fazenda marcou um ponto de inflexão na política econômica. Antes com viés contracionista e ortodoxo, transformou-se em expansionista, apresentando déficit no orçamento do setor público (incluindo estados e o Distrito Federal), que continuaria em 1950. A expansão real do crédito do Banco do Brasil, corroborada por política monetária "frouxa", levou a inflação anual a níveis de dois dígitos: 12,3% e 12,4% em 1949 e 1950, respectivamente.

Ajudado por esses fatores de expansão, o PIB cresceu 7,7% e 6,8% nesses mesmos anos.

Segundo Giambiagi (2011):

> *"É possível apontar pelo menos três motivações para essa reversão na política*
>
> *econômica dos últimos dois anos do governo Dutra. Em primeiro lugar, a proximidade das eleições presidenciais provocava um forte apelo para o aumento dos gastos da União e dos estados. Em segundo, na medida em que a combinação de câmbio sobrevalorizado com controle de importações resultava em vigorosos investimentos na indústria de bens de consumo duráveis, aumentava a força e a demanda do setor industrial. O governo acompanhava esse processo, gerando uma ativa política de crédito para a indústria por parte do Banco do Brasil. Em terceiro lugar, a desvalorização da libra esterlina e de outras moedas em 1949 indicava que a transição em direção à livre conversibilidade das moedas — base indispensável ao surgimento de um movimento de capitais privados mais intenso no mundo — seria lenta.*
>
> *Como se percebe, as últimas ilusões liberais do governo Dutra esfumaçaram-se e, com elas, as razões para uma adesão estrita à ortodoxia econômica".*

Política Econômica Externa

A política econômica externa brasileira à época deve ser vista com base no contexto de "ilusão de divisas", como definido em Giambiabi (2011).

Dutra previa a continuidade das relações com os EUA e cenário externo favorável neste contexto. No entanto, com a alteração das prioridades norte americanas,

deslocadas para a reconstrução da Europa no âmbito do Plano Marshall, o cenário externo não foi favorável ao Brasil.

De acordo com Giambiagi (2011):

> *Quanto às esperanças de captação de recursos externos através da assistência financeira oficial dos Estados Unidos e do futuro afluxo de capitais privados internacionais, esvaíram-se logo no imediato pós-Guerra, uma vez que a mudança na estratégia global dos Estados Unidos indicava também alteração da posição daquele país com relação ao Brasil. Resumidamente, em virtude da prioridade conferida por aquele país à reconstrução europeia, restaria ao Brasil recorrer aos influxos de capitais privados para financiar o seu desenvolvimento econômico.*
>
> *(...)*
>
> *Em julho de 1947 o governo instituiu controles cambiais e de importações. Os bancos autorizados a operar em câmbio foram obrigados a vender ao Banco do Brasil 30% de suas aquisições de câmbio livre, à taxa oficial de compra. Atendidos os compromissos do governo, o Banco do Brasil disponibilizaria divisas de acordo com uma escala de prioridades que favorecia a importação de produtos considerados essenciais. O controle instituído não foi rigoroso, e as restrições ao comércio exterior foram apresentadas como passageiras, destinadas a serem abandonadas assim que os mercados mundiais se recuperassem.*
>
> *Apenas em fevereiro de 1948 foi adotada a primeira forma do sistema de contingenciamento a importações, baseado na concessão de licenças prévias para importar, de acordo com as prioridades do governo. Tal sistema permaneceria, na prática, até a liberalização*

ocorrida no início do governo Vargas (1951), e, na legislação, até a Instrução 70 da Sumoc, em outubro de 1953.

Analisado em sua capacidade de reduzir o déficit com a área conversível, o sistema de licenciamento de importações funcionou a contento. O déficit com essa área — de US$313 milhões, em 1947 — foi reduzido para US$108 milhões em 1948 e transformado em pequeno superávit de US$18 milhões em 1949. Com a área de moeda inconversível, ocorreram superávits em 1947 e 1948 e razoável equilíbrio entre 1949 e 1950.

Como citado, as opções de política econômica externa foram os controles cambiais e de importações. Este procedimento, que será aprimorado e usado em maior escala no Governo Vargas e JK, caracteriza-se pela oferta de dólares de acordo com o grau de essencialidade dos bens a serem importados. Atendidas as necessidades governamentais, as importações eram realizadas de acordo com a necessidade e essencialidade dos bens. Importante citar que tal política é compatível com o regime de substituição de importações, como será visto no tópico posterior.

A política, se por um lado auxiliou na contenção do déficit comercial externo, por outro prejudicou a competitividade de nossas exportações. Na esteira da reestruturação europeia, ocorreram desvalorizações das principais moedas de seus países, de modo que os bens nacionais ficaram menos competitivos, visto que tínhamos à época uma taxa de câmbio administrada que não oscilava de acordo com as "forças de mercado".

Industrialização e Plano SALTE

À época, o processo de substituição de importações teve continuidade, além de ganhar grande impulso com os controles cambiais e de importações.

De acordo com Giambiagi (2011):

"Pode-se apontar a existência de três efeitos relacionados à combinação de uma

taxa de câmbio sobrevalorizada com controle de importações: um efeito subsídio, associado a preços relativos artificialmente mais baratos para bens de capital, matérias-primas e combustíveis importados; um efeito protecionista, viabilizado pelas restrições à importação de bens competitivos; e um terceiro efeito, na verdade, resultante da combinação dos dois primeiros, que consiste na alteração da estrutura das rentabilidades relativas, no sentido de estimular a produção para o mercado doméstico em comparação com a produção para exportação.

Paralelamente à imposição de controles cambiais e sobre as importações, o crédito real à indústria cresceu 38%, 19%, 28% e 5%, respectivamente, nos anos de 1947 a 1950. Os dados de 1947 e 1948 são particularmente significativos, pois nesses anos, como se verá adiante, o governo estava fortemente empenhado em adotar políticas austeras.

Como resultado da combinação de controles sobre as importações e expansão real do crédito ao setor manufatureiro, entre 1946 e 1950 a produção real da indústria de transformação aumentou em pouco mais de 42% (9% a.a.), com destaque para os setores de Material Elétrico10 (28% a.a.), Material de Transporte (25% a.a.) e Metalurgia (22% a.a.). Ainda assim, esses três setores respondiam, conjuntamente, por menos de 10% do valor adicionado industrial no início da década de 1950. Naquele ano, as importações ainda representavam 40% da oferta doméstica no setor de Material Elétrico, 51% no de Material de Transporte e 18% da oferta doméstica na Metalurgia (contra 13,5%, em média, na indústria de transformação em 1950)".

Por fim, cabe citar que, no Governo Dutra, foi adotado o Plano Salte, um plano econômico que tinha por objetivo planejar o desenvolvimento de alguns setores cujas iniciais davam nome ao Plano: saúde (s), alimentação (al), transporte (t) e energia (e).

Segundo Vera Calicchio[3]

> *O Plano Salte consubstanciava o programa a ser executado no período de 1949 a 1953, com o objetivo de proporcionar melhores condições de saúde, de alimentação, de transporte e de energia. Cada um desses setores mereceu minuciosa análise, sendo propostos programas específicos para cada um dos principais problemas diagnosticados. Era enfatizada, por outro lado, a necessidade de se resolver os problemas de cada setor em conjunto com as medidas tomadas nos demais setores abrangidos pelo plano.*
>
> *Assim, o setor saúde acusava, segundo as análises, graves problemas: fome crônica, elevado índice de mortalidade infantil e de probabilidade de morte dos adultos de mais de 30 anos de idade, e precariedade de recursos disponíveis em pessoal médico e paramédico, assim como de leitos hospitalares. A partir desses e de outros problemas, o Plano Salte, abrangendo a Campanha Nacional de Saúde, pretendia elevar o nível sanitário da população, sobretudo a rural, combatendo fundamentalmente as endemias e moléstias.*
>
> *Quanto à alimentação, o plano considerava importante conceder facilidade de recursos para o consumo e para o comércio. Propunha um programa amplo, em que se articulava uma série de medidas ligadas ao processo de produção de alimentos, como, por exemplo, a assistência social e profissional aos trabalhadores, a concessão de*

[3] Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte

crédito aos produtores etc. Encarecia ainda a necessidade não só de atender aos problemas internos, como de ajustar a produção às demandas externas, a fim de melhorar o balanço de pagamentos.

Os estudos realizados durante a elaboração do Plano Salte levaram à constatação de uma deficiência crônica dos meios de transporte — estradas de ferro e de rodagem, transportes fluviais e marítimos. Nesse setor, era proposto, portanto, o estabelecimento de um programa incluindo a construção de ferrovias de acordo com o Plano Nacional de Viação, e abrangendo também as rodovias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e do Plano Rodoviário. Eram sugeridos ainda o reaparelhamento dos portos, a melhoria das condições de navegabilidade dos rios, o aparelhamento da frota marítima e a construção de oleodutos.

Finalmente, eram propostas para o setor energia diversas providências. Na área da energia elétrica, as principais sugestões eram: lavras e industrialização do petróleo e do gás natural; investigação das reservas de linhita, turfa, xistos pirobetuminosos e areias betuminosas; intensificação e barateamento da produção do carvão-de-pedra nacional; racionalização e redução progressiva do consumo de lenha e seu derivado, o carvão vegetal; reflorestamento e estímulo à silvicultura; exploração intensiva dos recursos hidráulicos; aplicação da eletricidade, sempre que possível, no aquecimento, bem como na tração ferroviária e urbana, e criação de instituições técnicas experimentais, incumbidas de estudar a melhor utilização das fontes energéticas nacionais.

A maior parte das iniciativas relacionadas com a exploração da energia elétrica seria financiada pelo capital privado, inclusive estrangeiro, reservando-se o governo uma posição reflexa de amparo e de estímulo

às empresas concessionárias, "na medida da conveniência do interesse público".

Para a execução do Plano Nacional de Eletrificação, o Plano Salte adotou as conclusões e recomendações gerais formuladas a respeito da matéria pela comissão especial instituída em 1944 e reunida no Conselho Federal do Comércio Exterior. Defendeu também a eletrificação rural, que, entre outras vantagens, viria a atenuar o êxodo do campo. A implantação da indústria de material elétrico foi também estudada pela Comissão da Indústria de Material Elétrico, que realizou entendimentos preliminares nos Estados Unidos em 1945 e 1946.

Em relação ao petróleo, as atividades programadas eram as seguintes: pesquisa intensiva de algumas áreas das diferentes bacias sedimentárias que atingissem trezentos milhões de hectares; aquisição de todo o material especializado necessário à perfuração de poços e execução de trabalhos complementares; aquisição e montagem de refinarias para a produção diária de 45 mil barris e ampliação da produção de Mataripe (BA), de 2.500 para seis mil barris diários, e aquisição de 15 petroleiros de 15 mil toneladas cada um, ou tonelagem total equivalente, com o objetivo de atender às necessidades nacionais totais da época.

GOVERNO VARGAS (1951-1954)

O Governo de Getúlio Vargas foi planejado para ser realizado em duas etapas: (i) implantação de uma política ortodoxa na primeira metade do governo, com o objetivo de corrigir excessos fiscais e monetários que acarretaram no aumento da inflação do final do Governo Dutra; e (ii) na segunda metade, pela implementação de um programa desenvolvimentista marcado por obras, constituição de novas empresas estatais e continuidade do processo de substituição de importações.

Na prática, as restrições externas colocadas, que culminaram em um colapso cambial, bem como a intensificação do processo inflacionário ao final do Governo, não permitiram a realização do citado plano.

Para esquematizar, podemos segmentar a discussão em dois tópicos.

Setor Externo e a Instrução 70 da SUMOC

O Governo Vargas é iniciado com uma perspectiva positiva do cenário externo, em função do aumento preço do café iniciado em 1949 (em função da recuperação europeia) e das melhores relações comerciais com os EUA.

Neste sentido, o controle de importações foi relaxado e o câmbio se manteve fixo e sobrevalorizado (para facilitar as importações). Alguns objetivos orientaram essa visão mais liberal, como a utilização das importações para frear o processo inflacionário.

Como resultado, as importações, que atingiram uma média de US$950 milhões a.a. entre 1948 e 1950, subiram a US$1,7 bilhão, em média, no biênio 1951-52, sendo que mais de 55% desse aumento das importações ocorreu na categoria de bens de capital e 28% em outros bens de produção.

Segundo Giambiagi (2011):

> *"Contudo, essa orientação liberalizante foi sendo modificada progressivamente, à medida que ficavam evidentes os graves*

> *desequilíbrios na balança comercial. Ao contrário do esperado, em 1952 a receita das exportações caiu 20%, em comparação com 1951. Em face dessa queda, o governo limitou a concessão de licenças de importação no segundo semestre de 1951 e, no início de 1952, comprimiu-a até os níveis dos períodos de maior controle. As licenças, contudo, tinham vida útil entre seis (para bens supérfluos) e 12 meses (para bens de produção), e o nível das importações efetivas permaneceu bastante elevado. Com isso, o equilíbrio de 1951 deu lugar, no ano seguinte, a um déficit na balança comercial de US$302 milhões, ao esgotamento das reservas internacionais de moedas conversíveis e ao acúmulo de atrasados comerciais superiores a US$610 milhões, sendo US$494 milhões em moedas conversíveis*".

A referida crise cambial acabou impedindo que a política econômica planejada pelo Governo fosse colocada em prática. Assim como no Governo Dutra, restrições externas colocavam impedimentos ao ajuste econômico interno necessário à época.

Neste contexto, Vargas promoveu mudanças na política externa com a adoção da Instrução 70 da SUMOC (autoridade monetária à época).

As principais alterações no regime cambial e econômico externo brasileiro foram: (1) o restabelecimento do monopólio cambial do Banco do Brasil; (2) a extinção do controle quantitativo das importações e a instituição de leilões de câmbio; e (3) (quanto às exportações) substituição das taxas mistas por um sistema de bonificações incidentes sobre a taxa oficial.

Segundo Giambiagi (2011):

> *Com a Instrução 70 passaram a existir três tipos básicos de cobertura cambial para as importações brasileiras: (1) taxa oficial, sem sobretaxa, válida para certas importações especiais, tais como trigo e material ou papel de imprensa; (2) taxa oficial, acrescida de sobretaxas fixas, para*

as importações diretas dos governos federal, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista (também petróleo e derivados tinham suas aquisições cobertas dessa forma); e (3) taxa oficial, acrescida de sobretaxas variáveis (segundo os lances feitos em leilões de câmbio realizados em bolsas de fundos públicos do país), para todas as demais

importações.

Para a realização desses leilões, as importações foram classificadas em cinco categorias, em ordem decrescente de essencialidade. A oferta disponível de cada moeda era alocada pelas autoridades monetárias entre as diferentes categorias, sendo que as categorias I, II e III absorviam, geralmente, mais de 80% da oferta total de cada moeda e a categoria V, no máximo, 3%. Os leilões eram realizados separadamente para o dólar americano e para moedas de países com os quais o Brasil tinha acordos de pagamentos. Para cada categoria, foram fixados valores mínimos, que eram crescentes de acordo com a menor essencialidade da categoria.

As taxas múltiplas de câmbio, determinadas através do sistema de leilões, permitiram, simultaneamente: a realização de amplas desvalorizações cambiais, que vieram substituir o controle de importações como instrumento para o equilíbrio da balança comercial; e a manutenção de uma política de importações seletiva, onerando mais certos produtos e favorecendo a aquisição de outros, de acordo com o critério de essencialidade e, por consequência, de proteção à produção industrial doméstica. Além disso, o recolhimento dos ágios nos leilões (creditados à conta de Ágios e Bonificações) passou a constituir uma importantíssima fonte de receita para a União, reduzindo a

necessidade de se recorrer ao financiamento inflacionário do déficit fiscal.

No tocante às exportações, as taxas fixas foram substituídas por uma bonificação de Cr$5/US$ (ou equivalente nas demais moedas) para o café e Cr$10/US$ para todas as demais mercadorias. Esses valores foram subsequentemente majorados, em uma série de Instruções da Sumoc.

A título de exemplo, Malan (2001) cita que, em setembro de 1956, as taxas de câmbio eram: Categoria 1 (Insumos agrícolas) – Cr$ 51,00/US$; Categoria 2 (Minérios e material cru) – Cr$ 71,00/US$; Categoria 3 (Maquinaria industrial e veículos) – Cr$ 142,00/US$; Categoria 4 (Máquinas para escritório, frutas frescas, alguns bens de consumo) – Cr$ 187,00/US$; Categoria V (Outros itens, incluindo todos aqueles os quais a oferta local é satisfatória) – Cr$ 302,00/US$. A taxa livre de câmbio era neste mês de Cr$ 68,50/US$.

É possível notar que, à medida que a essencialidade do bem decrescia, a taxa de câmbio aplicada desvalorizava, o que gerava desincentivo à importação de bens menos essenciais. Ao conceder subsídios implícitos nas categorias de taxas de câmbio mais baixas, para a importação de bens de capital e insumos adquiridos para o desenvolvimento industrial, a Instrução 70 da SUMOC incentivou a substituição de importações, além de garantir proteção à indústria nacional, visto que as categorias consideradas "não essenciais", em geral, possuíam produção doméstica.

Setor Interno

A política econômica interna do Governo Vargas caracteriza-se por dois períodos: (i) estabilização econômica até meados de 53; (ii) heterodoxa a partir de meados de 53.

O primeiro período foi marcado pela tentativa de ajustar a inflação e descontrole fiscal herdados do Governo Dutra. Conduzido pelo Ministro da Fazenda à época,

Osvaldo Aranha, o binômio déficits fiscais - excesso de moeda provoca o aumento da inflação. Para controla-la, era necessária a realização de uma política econômica ortodoxa com vistas a estabilizar a economia.

No entanto, como visto, o cenário externo colocou restrições ao ajuste econômico interno em meados do Governo Vargas, o que provocou uma alteração de rumos na condução da política econômica.

Este mesmo roteiro apresenta-se em vários momentos de nossa história econômica, como veremos em tópicos posteriores. Alguns de nossos políticos historicamente mais ligados a causas populares, ou aqueles definidos como desenvolvimentistas/populistas, quando se deparam com restrições que impedem o atingimento de seus objetivos, relegam a estabilidade econômica em prol do "desenvolvimento". O mesmo ocorreu ao menos com JK, Geisel e Dilma.

No caso de Vargas, em meio à grande oposição política que sofria e cenário externo restritivo do ponto de vista econômico, foram adotadas políticas econômicas populistas, com destaque ao aumento de 100% no salário mínimo, anunciada no discurso de 1°. de maio de 1954. A referida elevação, 3x superior ao necessário para recompor a inflação no período, ocasionou novo aumento da inflação e certo desarranjo macroeconômico.

Cabe comentar, adicionalmente, que durante o período analisado foram criadas importantes estatais, como o BNDE, Petrobras e Eletrobrás, que promoveram importante papel no processo de desenvolvimento brasileiro posterior, tanto para o bem, como para o mal.

Segundo Giambiagi (2011):

> *Um balanço do desempenho da economia em 1953 revela que o PIB apresentou crescimento de 4,7%, inferior ao de todos os anos anteriores, desde 1947.Deve-se notar, entretanto, que a indústria cresceu 9,3%. O crescimento mais modesto do PIB deveu-se ao medíocre desempenho*

da agricultura (+0,2%, devido à forte seca ocorrida no Nordeste naquele ano). Também contribuiu para o baixo crescimento do PIB a estagnação do setor de serviços, em grande parte motivada pela queda das atividades do comércio e de outros setores, com a diminuição das importações.

Não obstante a desaceleração econômica, a inflação, medida pelo IGP-DI, deu um salto, do patamar anterior, em torno de 12%, para 20,5%. A explicação, na visão ortodoxa, estaria no retorno do déficit público e na consequente expansão dos meios de pagamento. Na verdade, poderia também ser atribuída ao impacto das desvalorizações cambiais decorrentes da Instrução 70, que pressionaram os custos de produção das empresas.

E, para finalizar, segue quadro com a síntese dos indicadores macroeconômicos apresentados durante os Governos Dutra e Vargas (retirado de Giambiagi (2011)).

Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos — 1946-1955
(médias anuais por período)

	1946-50	1951-55
Crescimento do PIB (% a.a.)	8,1/a	6,7
Inflação (IGP dez/dez, % a.a.)	11,3	16,6
FBCF (% PIB a preços correntes)	13,4/b	14,9
Tx. de cresc. das exportações de bens (US$ correntes, % a.a.)	15,6	1,0
Tx. de cresc. das importações de bens (US$ correntes, % a.a.)	23,9	3,2
Balança comercial (US$ milhões)	249	121
Saldo em conta corrente (US$ milhões)	–34	–300
Dívida externa líquida/Exportação de bens	n.d.	0,4/c

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Apêndice Estatístico ao final do livro.
/a 1948-1950.
/b 1947-1950.
/c 1952-1955.
n.d. – dado não disponível.

GOVERNO JK (1956-1960)

O Governo JK é, de longe, o mais importante período analisado nesta aula. Responsável pela condução do Plano de Metas, muitos acontecimentos econômicos foram realizados durante o referido Governo.

Para esquematizar, iremos analisar o Governo em dois tópicos: (i) Plano de Metas e (ii) políticas econômicas implementadas.

Plano de Metas[4]

O Programa de Metas (ou Plano de Metas), cujo conhecido lema afirmava que o Brasil se modernizaria "50 anos em 5", caracterizou-se como um processo de planejamento econômico com um conjunto coerente de investimentos em setores priorizados pelo Estado.

Especificando, o Plano de Metas "*contemplava investimentos nas áreas de energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação, cujo montante orçado equivaleria a cerca de 5% do PIB no período 1957-61. As áreas de energia e transporte receberiam a maior parcela dos investimentos previstos no Programa (71,3%), a cargo quase que exclusivamente do setor público. Para as indústrias de base, foram previstos cerca de 22,3% dos investimentos totais, sob a responsabilidade principalmente do setor privado (por vezes com ajuda de financiamentos públicos). As áreas de educação e alimentação receberiam os restantes 6,4% dos recursos totais*" (Giambiagi, 2011).

Importante citar que a construção de Brasília não estava originariamente no Plano. Considerada como uma "meta autônoma", a construção de Brasília foi prometida por JK em sua campanha eleitoral e adicionada ao Plano de Metas posteriormente.

[4] Caso se interessar, pode acessar um resumo elaborado à época com as diretrizes do Plano em: http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/490/Programa%20de%20Metas%20do%20Presidente%20Puscelino%20Kubitschek%20V1%201950_PDF_OCR.pdf?sequence=1

Usando o argumento que a nova capital federal iria integrar o "país continental" que caracteriza nosso País, a construção de Brasília consumiu grande parte do orçamento do Plano de Metas, o que resultou em novo aumento da inflação.

A escolha destes setores não foi aleatória, mas baseada nos estudos empreendidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que, durante o Governo Vargas, delineou projetos de investimento em setores específicos que, por conta de sua fragilidade e caráter estratégico, não permitiam a modernização da economia brasileira.

O fundamento teórico destes programas de planejamento econômico foi fornecido por um notório economista cujas ideias estavam em ascensão à época. Albert O Hirschman (1915-2012) entendia que o processo de desenvolvimento, se orientado pelo Estado, deveria priorizar setores que possuíam o que chamava de *forward and backward linkages*, ou seja, "encadeamentos para frente e para trás".

A ideia é simples, mas muito útil na condução de um plano de desenvolvimento. Ao invés do Estado dispender esforços e recursos em muitos setores, ele deve focar suas energias nos setores mais relevantes, pois estes, ao possuírem fortes ligações "para frente e para trás" na cadeia produtiva, irão disseminar o processo de desenvolvimento pela economia.

O setor automobilístico é sempre um bom exemplo. Como é de conhecimento notório, o setor automobilístico utiliza-se de grande quantidade de capital e trabalho em sua operação, assim como possui fortes ligações com os setores de autopeças e siderúrgico (setores que estão "atrás" na cadeira produtiva) e também com o setor de infraestrutura, sobretudo rodovias.

Na concepção da estratégia de desenvolvimento de Hirschman, assim como no Plano de Metas, era mais eficiente concentrar grande parte dos esforços no setor automobilístico e os demais setores iriam se desenvolver na esteira deste. Este é o fundamento do Plano de Metas.

Ainda em sua concepção, o Plano previa que as fontes de financiamento se dividiriam entre o orçamento público, crédito oficial via BNDE e Banco do Brasil e recursos privados interno e externo (estes seriam responsáveis pelo desenvolvimento da indústria automobilística, naval, mecânica pesada e materiais elétricos).

No entanto, na prática, conforme destaca Giambiagi (2011):

> *As fontes de recursos em moeda nacional distribuíam-se entre o orçamento da União (cerca de 40%) e Estados (10%), bem como recursos das empresas privadas e estatais (35%), ficando as entidades públicas (BNDE, Banco do Brasil etc.) com os restantes 15%. Já a origem dos recursos externos desdobrava-se entre financiamentos de entidades de crédito internacional (Eximbank norte-americano e Banco Mundial), financiamento de entidades oficiais estrangeiras, investimentos diretos trazidos em importações sem cobertura cambial (através das facilidades permitidas pela Instrução no 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito — SUMOC) e suppliers' credits.*

Ou seja, o maior peso recaiu sobre o orçamento público que se utilizou do clássico financiamento monetário para expandir seus gastos. Na prática, o Banco do Brasil emitia a moeda necessário para cobrir o déficit do Tesouro, de modo que o excesso de gastos públicos era financiado com expansão monetária. Em uma economia em franco crescimento, como era o caso do Brasil à época, o resultado deste processo é quase sempre o aumento da inflação, como de fato ocorreu.

Desta forma, podemos passar ao resultado do Plano, que apresentou balanço positivo no tocante ao desenvolvimento e modernização gerados, mas negativo em relação ao resultado macroeconômico apresentado.

Sob o prisma positivo, conforme pode ser visto no quadro apresentado adiante, as metas de produção nos setores priorizados foram atingidas de forma satisfatória. A economia cresceu, em média, 5,5% a.a. em termos per capita, sendo que o processo de substituição de importações foi intensificado com a queda do

coeficiente de importações abaixo da meta prevista (para cerca de 8% do PIB em 1960).

De acordo com Giambiagi (2011):

> *Em 1955 — ano anterior à posse de JK — os pesos dos setores agropecuário e industrial no PIB pouco haviam se alterado, sendo de 23,5% e 25,6%, respectivamente (o peso da indústria de transformação havia subido para 20,4% em 1955).*
>
> *A partir da implementação do Programa de Metas, o quadro muda radicalmente: o setor agropecuário perde espaço para o setor industrial e, em 1960, tem peso de 17,8% no PIB (ou seja, um recuo de 5,7 p.p. em apenas cinco anos), contra 32,2% da indústria (25,6% da indústria de transformação). A perda de importância do setor agropecuário teria continuidade nos anos seguintes e, em 1963, a participação desse setor na economia atinge 16,3%, e a da indústria, 32,5% (26,5% no caso da indústria de transformação). Como se vê, a perda de peso relativo do setor primário se deu, essencialmente, em benefício do avanço do setor manufatureiro, tendo a parcela dos serviços no PIB permanecido, grosso modo, constante entre 1956 e 1963 — em torno de 50% do total.*

Ou seja, a economia modernizava-se em elevada velocidade, como pretendido pelo Plano de Metas.

E, sob o prisma negativo, ocorreu um desarranjo macroeconômico, fruto da expansão monetária e ampliação dos déficits fiscais (que eram da ordem de 1/3 das receitas públicas). A inflação média durante os anos de 1957-160 foi de 25% a.a., praticamente o dobro do previsto.

Para finalizar o tópico, segue gráfico retirado de Giambiagi (2011) com os dados relativos ao planejado e executado no Plano, denotando razoável sucesso na consecução dos planos de investimento e elevação da capacidade produtiva:

Tabela 2.3
Plano de Metas: Expansão Prevista e Resultados — 1957-1961

Setor	Previsão	Realizado	%
Energia elétrica (1.000 Kw)	2.000	1.650	82
Carvão (1.000 ton.)	1.000	230	23
Produção de petróleo (1.000 barris/dia)	96	75	76
Refino de petróleo (1.000 barris/dia)	200	52	26
Ferrovias (1.000 km)	3	1	32
Rodovias-construção (1.000 km)	13	17	138
Rodovias-pavimentação (1.000 km)	5	-	-
Aço (1.000 ton.)	1.100	650	60
Cimento (1.000 ton.)	1.400	870	62
Carros e caminhões (1.000 unid.)	170	133	78
Nacionalização de carros (%)	90	75	-
Nacionalização de caminhões (%)	95	74	-

Fonte: Orenstein e Sochaczewski (1989), p. 180.

Políticas Econômicas

No tocante às políticas econômicas, pode-se resumir que as políticas monetária e fiscal foram passivas (endógenas), ou seja, elas foram executadas de acordo com as necessidades do Plano de Metas, ao invés de servirem ao objetivo de estabilizar a economia.

Ao lado do crescente déficit público e inflação, o Brasil também apresentava elevada deterioração em suas contas externas. A queda das exportações, decorrente da continuidade do processo de substituição de importações, e o aumento da dívida externa, decorrente do Plano de Metas, levaram JK a romper com o FMI em 1959.

Contextualizando, à época o Brasil solicitou um empréstimo ao Eximbank (Export-Import Bank) com o objetivo de reestruturar sua dívida externa. No entanto, para realizar o empréstimo, o Eximbank condicionou-o à obtenção de aval (garantia) junto ao FMI.

E, o FMI só daria este aval se o Brasil implementasse reformas que estabilizassem o déficit no balanço de pagamentos (contenção do gasto público e do crédito, moderação nos reajustes salariais, reforma do sistema de taxas de câmbio múltiplas ainda em vigor e fim do plano de compras de café pelo governo).

No entanto, JK, assessorado por Celso Furtado, economista que ganhava relevância à época, entendeu que a proposta de estabilização do FMI prejudicava a implantação do Plano de Metas e, por este motivo, rompeu com o FMI em 1959.

O legado de tal medida foi a conjugação de déficit interno (fiscal), déficit externo (balanço de pagamentos) e inflação. Este foi o "custo" do sucesso do Plano de Metas.

Por fim, podemos passar à analise da política cambial, que foi o principal instrumento de política econômica adotado à época.

A politica cambial estava resumida nas Instruções 70 e 113 da SUMOC.

A Instrução 70, como visto anteriormente, instituiu o sistema de leilões de câmbio dentro do regime de taxas múltiplas de câmbio, o que possibilitava aplicar distintas taxas de câmbio aos bens importados em função de sua essencialidade. O resultado era tanto fiscal como cambial.

Por sua vez, a Instrução 113 permitia a realização de importações sem cobertura cambial. Resumidamente, isto significa que era possível importar bens ao Brasil sem a colocação dos dólares correspondentes, isto é, não havia a necessidade de participar dos leiloes de câmbio no momento da aquisição da respectiva licença de importação, sendo que os bens entravam em nosso país sob a forma de máquinas, veículos, equipamentos, bens de capital em geral sem pressões no mercado de divisas.

O resultado foi o ingresso de elevada quantidade de capital (que entrou no pais como investimento direto estrangeiro) sem pressões no mercado de cambio que

promovesse desvalorização cambial e complicasse ainda mais o cenário externo brasileiro.

GOVERNOS QUADROS E GOULART (1961-1964)

A política econômica implementada durante os Governos de Jânio Quadros e Joao Goulart é pouco explorada em concursos públicos.

Quadros governou o país por aproximadamente 8 meses e Goulart, por 1 ano e poucos meses. Ambos os governos ficaram marcados por desestabilização política e institucional, de modo que as consequências econômicas das políticas implementadas são de difícil mensuração.

De qualquer modo, vamos apresentar os referidos governos em breves tópicos.

Governo Jânio Quadros

O Governo Quadros é iniciado no âmbito do desarranjo macroeconômico promovido por JK (déficits interno e externo e inflação). Como consequência, as medidas de política econômica anunciadas por Quadros tinham caráter ortodoxo com vistas a corrigir estes problemas, como forte desvalorização cambial e a unificação do mercado de câmbio (Instrução 204 da Sumoc), a contenção do gasto público, uma política monetária contracionista e a redução dos subsídios ainda concedidos às importações de petróleo e trigo.

Com apoio de credores brasileiros externos e do FMI, a divida externa brasileira foi reescalonada com a postergação de vencimentos que ocorreriam no curto prazo.

No entanto, como já afirmado, o Governo Quadros dura apenas 8 meses, sendo que o Presidente renuncia em 25 de agosto de 1961 (a posse tinha sido em 31 de janeiro de 1961).

De toda forma, conforme afirmado em Giambiagi (2011):

> *Os resultados econômicos em 1961 foram positivos — em que pese a grave crise política que o país atravessara — e certamente influenciados pela maturação de diversos projetos de investimentos iniciados ainda na gestão de Juscelino. Assim, o PIB naquele ano cresceu 8,6%, embora*

viesse acompanhado de expressiva elevação do patamar inflacionário, com a variação do IGP passando de 30,5% em 1960 para 47,8% em 1961. A taxa de investimento do país recuou em 1961, para 13,1% do PIB (seu nível mais baixo desde 1950), num indício de que o auge dos investimentos pesados já havia passado. De positivo, o pequeno aumento das exportações (de US$1,3 bilhão em 1960 para US$1,4 bilhão em 1961) e a redução da relação dívida externa líquida/exportações, de 2,7 para 2,0, em igual período.

Governo João Goulart

O Governo Goulart é iniciado em janeiro de 1963, após um interstício parlamentarista.

Ao assumir, sob a batuta de Celso Furtado, então Ministro Extraordinário do Desenvolvimento Econômico, foi anunciado o Plano Trienal com o objetivo de aliar crescimento econômico, estabilidade macro e inclusão social.

Os objetivos específicos do Plano eram: (1) garantir taxa de crescimento do PIB de 7% a.a., próximo à média dos anos anteriores; (2) reduzir a taxa de inflação para 25% em 1963, visando alcançar 10% em 1965; (3) garantir um crescimento real dos salários à mesma taxa do aumento da produtividade; (4) realizar a reforma agrária como solução não só para a crise social como para elevar o consumo de diversos ramos industriais; e (5) renegociar a dívida externa para diminuir a pressão de seu serviço sobre o balanço de pagamentos.

O diagnostico da inflação era ortodoxo: déficits fiscais e expansão monetária. Já a estratégia de desenvolvimento era heterodoxa: "*dava ênfase ao aprofundamento do processo de industrialização pela via da substituição de importações como forma de enfrentar os pontos de estrangulamento da economia brasileira. Para Furtado, a crise econômica por que passava o país era, antes de mais nada, uma crise do modelo de desenvolvimento, e que só poderia ser superada 'com o aprofundamento do próprio modelo, ou seja, com a ampliação do mercado*

interno, através da reforma agrária e de outras políticas voltadas à redistribuição de renda'" (Giambiagi, 2011).

Não obstante, os agentes econômicos não deram crédito ao Plano Trienal, muito por conta do abandono do ajuste econômico previsto no Plano por Goulart e de sua "guinada à esquerda".

O final do Governo Goulart apresentou um cenário de total desestrutura macroeconômico, com inflação crescente, descontrole fiscal e monetário, redução na entrada de capitais e déficit no balanço de pagamentos.

Para finalizar, segue tabela elaborada em Giambiagi (2011) com a síntese dos dados macroeconômicos apresentados e com o comparativo entre os períodos JK, Quadros e Goulart.

Tabela 2.1
Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos — 1956-1963
(médias anuais por período)

	1956-60	1961-63
Crescimento do PIB (% a.a.)	8,1	5,2
Inflação (IGP dez./dez., % a.a.)	24,7	59,1
FBCF (% PIB a preços correntes)	16,0	15,2
Tx. de cresc. das exportações de bens (US$ correntes, % a.a.)	–2,3	3,5
Tx. de cresc. das importações de bens (US$ correntes, % a.a.)	3,2	0,0
Balança comercial (US$ milhões)	125	44
Saldo em conta corrente (US$ milhões)	–290	–296
Dívida externa líquida/Exportação de bens	1,9	2,4

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Apêndice Estatístico ao final do livro.

LISTA DE QUESTÕES E GABARITO

Questão 01 (CESPE AIE (MPOG)/MPOG/Área I/2012)

No que concerne a desenvolvimento nacional, especialmente com ralação à infraestrutura e a fatores críticos para o crescimento sustentável do país a taxas mais elevadas, julgue o próximo item.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil desde a Era Vargas e os anos JK, consolidado pelo regime militar e praticamente inalterado desde então, determina que as ações voltadas para a ampliação da infraestrutura sejam assumidas pelo poder público, ficando inviabilizada a participação da iniciativa privada no setor.

Questão 02 (CESPE Diplomata/IRBr/2013)

Assinale a opção correta no que diz respeito à análise da economia brasileira na década posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial.

a) A crise cambial de 1952 resultou, entre outros fatores, da defasagem entre a concessão de licenças e a efetivação das importações, da queda das exportações de algodão decorrente da crise da indústria têxtil mundial e da quebra da safra de trigo nos EUA, que obrigou o governo brasileiro a importar da Argentina esse cereal, em condições menos favoráveis.

b) Conforme apontado por Carlos Lessa na obra clássica Quinze anos de Política Econômica, a industrialização "não intencional", que corresponde à política fiscal expansionista adotada no final dos anos 40, mesmo na ausência de medidas de planejamento, teria fortalecido setores da indústria brasileira.

c) A Instrução 70, adotada, em 1953, pela Superintendência da Moeda e do Crédito, órgão antecessor do Banco Central do Brasil, estabeleceu taxas múltiplas de câmbio, atribuindo taxas mais depreciadas à importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas essenciais.

d) O período em que a taxa de câmbio oficial manteve-se fixa (CR$ 18,50 por dólar) representou, na prática, vigorosa apreciação da taxa de câmbio nominal.

e) A adoção da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito, que permitia a importação de bens de capital sem necessidade de cobertura cambial, não representou ruptura do tratamento vigente do capital estrangeiro. O governo Vargas, apesar da retórica nacionalista, já vinha adotando políticas que estimulavam a mobilização de recursos de origem externa e orientando inversões em setores prioritários.

Questão 03 (CESPE AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/2014)

Julgue o próximo item, referente ao Estado brasileiro e a política industrial.

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional no governo de Getúlio Vargas pode ser considerada um caso de intervenção governamental na economia para solucionar uma falha de mercado.

Questão 04 (CESPE ECO(MTE)/MTE/2008)

No tocante à análise da economia brasileira contemporânea, incluindo-se os aspectos relativos ao seu desenvolvimento econômico e social, julgue o item a seguir.

O Plano de Metas foi financiado pela expansão monetária, que não somente viabilizou os gastos públicos via inflação, mas também permitiu elevar crédito e, assim, financiar os investimentos privados.

Questão 05 (ESAF Insp (CMV)/CVM/2010)

Em 1956, com a chegada de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, o Brasil busca estabelecer um Plano de Metas cujo objetivo era "crescer cinquenta anos em cinco ", privilegiando 5 setores da economia brasileira: energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação.

No Plano de Metas não se contemplava:

a) criação de mercados oligopolizados.

b) financiamento do gasto público, via expansão dos meios de pagamentos e empréstimos externos.

c) crescimento do departamento I e da indústria produtora de bens de consumo durável.

d) desestímulo ao programa de industrialização por substituição das importações em favor das empresas exportadoras.

e) presença de empresas estatais e multinacionais na economia.

Questão 06 (CESGRANRIO PB (BNDES)/BNDES/Economia/2009)

Entre 1956 e 1960 (correspondendo ao governo JK), houve, no Brasil, um(a)

a) aumento da participação do setor agropecuário no PIB do País.

b) aumento do valor em dólar das exportações.

c) aceleração da inflação.

d) redução da taxa de crescimento do PIB.

e) redução do déficit orçamentário do governo federal.

Questão 07 (CESPE AE ES/SEGER ES/Ciências Econômicas/2013)

Com relação à política de desenvolvimento adotada, no Brasil, entre anos de 1956 e 1961, assinale a opção correta.

a) O Plano de Metas rejeitava o diagnóstico efetuado pela Comissão Mista Brasil-

Estados Unidos da América.

b) Apesar do crescimento do PIB brasileiro nesse período, a renda per capita diminuiu, dada a forte pressão inflacionária.

c) O Plano de Metas estabelecia tratamento preferencial ao capital estrangeiro e à expansão dos gastos públicos e privados, os quais foram financiados pela expansão dos meios de pagamento e do crédito bancário.

d) A política cambial caracterizava-se pela adoção do regime de câmbio flutuante.

e) Com a reforma cambial adotada em agosto de 1957, o governo objetivando ampliar as múltiplas taxas de câmbio, aumentou o subsídio concedido a determinados setores produtivos.

Questão 08 (CESPE EPC (PREVIC)/PREVIC/Atuarial/2011)

Com referência a conceitos macroeconômicos e à economia brasileira, julgue o item subsequente.

O uso de políticas protecionistas no âmbito do Plano de Metas, que apreciavam o câmbio e encareciam as importações de bens de capital e de insumos básicos, constituiu a principal restrição à expansão dos investimentos no setor industrial.

Questão 09 (CESPE EPC (PREVIC)/PREVIC/Finanças e Contábil/2011)

Acerca de conceitos relativos à economia e, especialmente, à economia brasileira, julgue o seguinte item.

Entre os planos de desenvolvimentos dos últimos sessenta anos, o Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek, representou uma das mais amplas ações do Estado na economia tanto para superar o estrangulamento no setor de energia e transportes quanto para favorecer a criação de um parque industrial integrado que garantisse a reprodução do capital.

Questão 10 (CESPE Eco (MJ)/MJ/2013)

Em relação ao Plano de Metas, julgue o próximo item.

A maioria dos objetivos do Plano de Metas baseava-se nos diagnósticos e nas definições da Comissão Mista BrasiL-Estados Unidos (CMBEU).

Questão 11 (CESPE Eco (MJ)/MJ/2013)

Em relação ao Plano de Metas, julgue o próximo item.

O Plano de Metas concedia tratamento preferencial ao capital estrangeiro.

Questão 12 (CESPE AA (TCEES)/TCEES/ Administração-Economia/ 2013)

Considerando os principais planos de desenvolvimento adotados no Brasil desde 1950, assinale a opção correta.

a) A política econômica adotada pelo governo do presidente Café Filho foi expansionista, o que culminou no crescimento do déficit fiscal e da inflação.

b) A reforma cambial de 1957 buscou estimular a estratégia de substituição de importações.

c) No início da década de 50 do século XX, a falta de divisas impediu o uso da política cambial como instrumento de estímulo econômico.

d) De 1940 a 1970, a política cambial brasileira foi conduzida pelo regime do padrão-ouro.

e) O objetivo da instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e Crédito) foi restringir a importação de bens de consumo para estimulação da estratégia de substituição de importação.

Questão 13 (CESPE ERSTT (ANTT)/ANTT/Economia/2013)

A respeito das mudanças e da evolução da economia brasileira, julgue o item.

O Plano de Metas (1956/1961) tem sido considerado como a primeira experiência efetiva de planejamento governamental no Brasil, por seu caráter abrangente, pelo
reconhecimento da interdependência dos diversos setores da economia. Um dos conceitos então adotados foi o de ponto de germinação, em oposição ao de estrangulamento, embasado no pressuposto de que a oferta de infraestrutura estimula a criação e a expansão das atividades produtivas.

Questão 14 (CESPE Ana MPU/MPU/Perícia/Economia/2013

A partir da segunda metade do século XX, foi intensificada a elaboração de planos de desenvolvimento executados pelos governos brasileiros. Nesse contexto, julgue o item abaixo.

A comissão mista Brasil/Estados Unidos, que atuou no período entre 1951 e 1953, elaborou um relatório final em que articulava um diagnóstico da economia brasileira, no qual identificou os seguintes tópicos: pontos de estrangulamento; medidas respectivas para solucioná-los; políticas fiscal, monetária e cambial necessárias ao equilíbrio macroeconômico com a eliminação das tensões inflacionárias.

Questão 15 (CESPE Diplomata/IRBr/2015)

A respeito da economia brasileira nos séculos XIX e XX, julgue (C ou E) o item subsequente.

O Plano de Metas adotado no governo de Juscelino Kubitschek consistiu em um

plano de trinta metas para responder às tensões que a economia estava vivendo, com o intuito de superar alguns estrangulamentos vividos nos setores de energia e transporte, bem como de desenvolver a indústria de base e de bens intermediários.

Questão 16 (CESPE Eco (DPU)/DPU/2016)

A respeito de aspectos econômicos na segunda metade do século XX, julgue o item a seguir.

Os aspectos que favoreceram a implantação do plano de metas incluem a oferta abundante de energia para o setor produtivo.

Questão 17 (CESPE AFCE (TCESC)/TCESC/)

Acerca das mudanças estruturais, dos planos de desenvolvimento e dos planos de estabilização da economia brasileira ao longo do século XX, julgue o item que se segue.

A execução do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek deus-e por diversos incentivos, como, por exemplo, o sistema de múltiplas taxas de câmbio, em que as taxas cambiais eram valorizadas para exportação e desvalorizadas para importação, a fim de dar curso ao processo de industrialização.

Questão 18 (CESPE Aud CE (TCEPA)/ TCEPA/Planejamento/Economia/2016)

Julgue o item subsequente, relativo a mudanças estruturais da economia brasileira, planos de desenvolvimento e planos de estabilização.

O Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira constituiu um esforço bem-sucedido de industrialização substitutiva de importações, porém propiciou o surgimento de um processo inflacionário subsequente.

Questão 19 (CESPE AGE (SEDF)/SEDF/Economia/2017)

Industrializar aceleradamente o país; transferir do exterior para nosso território as bases do desenvolvimento autônomo; fazer da indústria manufatureira o centro dinâmico das atividades econômicas nacionais — isso resumiria o meu propósito, a minha opção.

Juscelino Kubitschek, citado em G. Mayrink. Juscelino.
In: Grandes Líderes, Nova Cultural (com adaptações).

O trecho apresentado sintetiza o plano de desenvolvimento econômico do ex-presidente Juscelino Kubitschek (JK), que governou o Brasil entre 1956 e 1961.
Com relação às mudanças estruturais da economia brasileira no período, julgue o item seguinte.

Ao longo do governo JK, o setor agropecuário perdeu espaço para o setor industrial, em decorrência de fatores como a intensificação do processo de substituição de
importações.

Questão 20 (CESGRANRIO PB (BNDES)/BNDES/Economia/2009)

O Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado e sua equipe para o governo de João Goulart, tinha vários objetivos específicos, dentre os quais NÃO se encontra o de

a) realizar a reforma agrária com finalidade social e de expansão do mercado interno.
b) garantir o crescimento real dos salários a uma taxa anual 3% superior ao aumento da produtividade.
c) garantir uma taxa de crescimento do PIB de 7% a.a.
d) resolver a situação do balanço de pagamentos renegociando a dívida externa.
e) reduzir a inflação para 10% a.a. até 1965.

Questão 21 (CESPE Diplomata/IRBr/2010)

Com respeito a temas da história econômica brasileira, julgue C ou E.

Pode-se considerar que o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por equipe liderada por Celso Furtado, fracassou em sua meta de reduzir a inflação e estimular o crescimento econômico.

Questão 22 (CESPE Eco (MPOG)/MPOG/"PGCE (Especial)"/2015)

Acerca dos principais planos de desenvolvimento e de estabilização implementados desde a segunda metade do século XX, julgue o próximo item.

O Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, teve inspiração ortodoxa de combate à inflação e adotou medidas complementares de cortes de gastos públicos.

Questão 23 (CESPE Diplomata/IRBr/2016)

No rol dos esquemas transitórios de combate à inflação apareceu o Plano Trienal, como uma heroica tentativa de compatibilização dos dois propósitos subjacentes em toda anterior controvérsia — defesa da taxa de crescimento e atenuação da inflação em um quadro tumultuoso, no qual os acontecimentos cada vez mais tendiam a escapar de qualquer controle pela política econômica.

Carlos Lessa. 15 anos de política econômica.

São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 134 (com adaptações).

Tendo como referência inicial o fragmento de texto antecedente, julgue o próximo item, a respeito da conjuntura econômica dos anos que precederam a ditadura militar.

O diagnóstico do Plano Trienal sobre a aceleração inflacionária no período de 1962

a 1963 enfatizava como causa mais importante dessa aceleração o excesso de demanda relacionada ao aumento do gasto público.

GABARITOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
ERRADO	E	CERTO	CERTO	D	C	C	ERRADO	CERTO	CERTO
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
CERTO	B	CERTO	CERTO	CERTO	ERRADO	ERRADO	CERTO	CERTO	
21	**22**	**23**							
B	CERTO	CERTO							

QUESTÕES RESOLVIDAS

Questão 01 (CESPE AIE (MPOG)/MPOG/Área I/2012)

No que concerne a desenvolvimento nacional, especialmente com ralação à infraestrutura e a fatores críticos para o crescimento sustentável do país a taxas mais elevadas, julgue o próximo item.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil desde a Era Vargas e os anos JK, consolidado pelo regime militar e praticamente inalterado desde então, determina que as ações voltadas para a ampliação da infraestrutura sejam assumidas pelo poder público, ficando inviabilizada a participação da iniciativa privada no setor.

Em que pese a predominância do setor público na condução do processo de desenvolvimento, o setor privado também participou através do financiamento ao desenvolvimento de setores, bem como na construção dos empreendimentos em si.

GABARITO: ERRADO

Questão 02 (CESPE Diplomata/IRBr/2013)

Assinale a opção correta no que diz respeito à análise da economia brasileira na década posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial.

a) A crise cambial de 1952 resultou, entre outros fatores, da defasagem entre a concessão de licenças e a efetivação das importações, da queda das exportações de algodão decorrente da crise da indústria têxtil mundial e da quebra da safra de trigo nos EUA, que obrigou o governo brasileiro a importar da Argentina esse cereal, em condições menos favoráveis.

b) Conforme apontado por Carlos Lessa na obra clássica Quinze anos de Política Econômica, a industrialização "não intencional", que corresponde à política fiscal expansionista adotada no final dos anos 40, mesmo na ausência de medidas de

planejamento, teria fortalecido setores da indústria brasileira.

c) A Instrução 70, adotada, em 1953, pela Superintendência da Moeda e do Crédito, órgão antecessor do Banco Central do Brasil, estabeleceu taxas múltiplas de câmbio, atribuindo taxas mais depreciadas à importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas essenciais.

d) O período em que a taxa de câmbio oficial manteve-se fixa (CR$ 18,50 por dólar) representou, na prática, vigorosa apreciação da taxa de câmbio nominal.

e) A adoção da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito, que permitia a importação de bens de capital sem necessidade de cobertura cambial, não representou ruptura do tratamento vigente do capital estrangeiro. O governo Vargas, apesar da retórica nacionalista, já vinha adotando políticas que estimulavam a mobilização de recursos de origem externa e orientando inversões em setores prioritários.

Interessante questão. Vamos comentar as alternativas:

a) Item apresenta eventos que não aconteceram no período.

b) Incorreto, pois o expansionismo fiscal promovido ao final do Governo Dutra desarranjou a estabilidade econômica, o que foi prejudicial à indústria.

c) A Instrução 70 da SUMOC atribuiu taxas mais valorizadas à importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas essenciais.

d) A apreciação correspondia à taxa de câmbio real (descontada da inflação). O aumento inflacionário, combinado com a taxa fixa de câmbio, encarecia os produtos nacionais em dólar, fato correspondente a uma valorização cambial. Portanto, a taxa valorizada era a taxa real.

e) Em que pese os discursos e narrativa nacionalista e populista, o Governo Vargas foi pragmático em relação à necessidade de atração de capitais externos para financiamento do processo de desenvolvimento nacional. No entanto, há

impropriedade na questão, pois a Instrução 113 da SUMOC foi adotada no Governo Café Filho (que assumiu após o suicídio de Vargas).

GABARITO: LETRA E

Questão 03 (CESPE AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/2014)

Julgue o próximo item, referente ao Estado brasileiro e a política industrial.

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional no governo de Getúlio Vargas pode ser considerada um caso de intervenção governamental na economia para solucionar uma falha de mercado.

Correto. A falha de mercado em questão é o monopólio natural, que exige grande quantidade de financiamento em seus investimentos – não detidos em toda parte pela iniciativa privada. Assim, o Governo substituiu a iniciativa privada.

GABARITO: Certo

Questão 04 (CESPE ECO(MTE)/MTE/2008)

No tocante à análise da economia brasileira contemporânea, incluindo-se os aspectos relativos ao seu desenvolvimento econômico e social, julgue o item a seguir.

O Plano de Metas foi financiado pela expansão monetária, que não somente viabilizou os gastos públicos via inflação, mas também permitiu elevar crédito e, assim, financiar os investimentos privados.

Como visto, foi o que de fato ocorreu na execução do plano.

GABARITO: CERTO

Questão 05 (ESAF Insp (CMV)/CVM/2010)

Em 1956, com a chegada de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, o Brasil busca estabelecer um Plano de Metas cujo objetivo era "crescer cinquenta anos em cinco ", privilegiando 5 setores da economia brasileira: energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação.

No Plano de Metas não se contemplava:

a) criação de mercados oligopolizados.

b) financiamento do gasto público, via expansão dos meios de pagamentos e empréstimos externos.

c) crescimento do departamento I e da indústria produtora de bens de consumo durável.

d) desestímulo ao programa de industrialização por substituição das importações em favor das empresas exportadoras.

e) presença de empresas estatais e multinacionais na economia.

O Plano de Metas correspondeu a uma etapa de aprofundamento do modelo de substituição de importações. Portanto, tal modelo foi estimulado.

GABARITO: LETRA D

Questão 06 (CESGRANRIO PB (BNDES)/BNDES/Economia/2009)

Entre 1956 e 1960 (correspondendo ao governo JK), houve, no Brasil, um(a)

a) aumento da participação do setor agropecuário no PIB do País.

b) aumento do valor em dólar das exportações.

c) aceleração da inflação.

d) redução da taxa de crescimento do PIB.

e) redução do déficit orçamentário do governo federal.

No período ocorreu aceleração da inflação.

GABARITO: LETRA C

Questão 07 (CESPE AE ES/SEGER ES/Ciências Econômicas/2013)

Com relação à política de desenvolvimento adotada, no Brasil, entre anos de 1956 e 1961, assinale a opção correta.

a) O Plano de Metas rejeitava o diagnóstico efetuado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América.

b) Apesar do crescimento do PIB brasileiro nesse período, a renda per capita diminuiu, dada a forte pressão inflacionária.

c) O Plano de Metas estabelecia tratamento preferencial ao capital estrangeiro e à expansão dos gastos públicos e privados, os quais foram financiados pela expansão dos meios de pagamento e do crédito bancário.

d) A política cambial caracterizava-se pela adoção do regime de câmbio flutuante.

e) Com a reforma cambial adotada em agosto de 1957, o governo objetivando ampliar as múltiplas taxas de câmbio, aumentou o subsídio concedido a determinados setores produtivos.

O Plano de Metas estabelecia tratamento preferencial ao capital estrangeiro, através da Instrução 113 da SUMOC, e à expansão dos gastos públicos e privados, os quais foram financiados pela expansão dos meios de pagamento e do crédito bancário, ou seja, pelo Governo.

GABARITO: LETRA C

Questão 08 (CESPE EPC (PREVIC)/PREVIC/Atuarial/2011)

Com referência a conceitos macroeconômicos e à economia brasileira, julgue o item subsequente.

O uso de políticas protecionistas no âmbito do Plano de Metas, que apreciavam o

câmbio e encareciam as importações de bens de capital e de insumos básicos, constituiu a principal restrição à expansão dos investimentos no setor industrial.

A política adotada à época era de incentivo às importações, pois elas eram essenciais para a continuidade do Plano de Metas.

GABARITO: ERRADO

Questão 09 (CESPE EPC (PREVIC)/PREVIC/Finanças e Contábil/2011)

Acerca de conceitos relativos à economia e, especialmente, à economia brasileira, julgue o seguinte item.

Entre os planos de desenvolvimentos dos últimos sessenta anos, o Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek, representou uma das mais amplas ações do Estado na economia tanto para superar o estrangulamento no setor de energia e transportes quanto para favorecer a criação de um parque industrial integrado que garantisse a reprodução do capital.

Questão direta que define bem o conceito do Plano de Metas.

GABARITO: Certo

Questão 10 (CESPE Eco (MJ)/MJ/2013)

Em relação ao Plano de Metas, julgue o próximo item.

A maioria dos objetivos do Plano de Metas baseava-se nos diagnósticos e nas definições da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU).

Como vimos, as conclusões da CMBEU basearam as prioridades do Plano de Metas.

GABARITO: Certo

Questão 11 (CESPE Eco (MJ)/MJ/2013)

Em relação ao Plano de Metas, julgue o próximo item.

O Plano de Metas concedia tratamento preferencial ao capital estrangeiro.

Correto, através da Instrução 113 da SUMOC.

GABARITO: Certo

Questão 12 (CESPE AA (TCEES)/TCEES/ Administração-Economia/ 2013)

Considerando os principais planos de desenvolvimento adotados no Brasil desde 1950, assinale a opção correta.

a) A política econômica adotada pelo governo do presidente Café Filho foi expansionista, o que culminou no crescimento do déficit fiscal e da inflação.

b) A reforma cambial de 1957 buscou estimular a estratégia de substituição de importações.

c) No início da década de 50 do século XX, a falta de divisas impediu o uso da política cambial como instrumento de estímulo econômico.

d) De 1940 a 1970, a política cambial brasileira foi conduzida pelo regime do padrão-ouro.

e) O objetivo da instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e Crédito) foi restringir a importação de bens de consumo para estimulação da estratégia de substituição de importação.

Comentando:

a) A politica econômica do Governo Café Filho foi executada pelo economista Eugenio Gudin, de pensamento liberal e ortodoxo. Ou seja, a politica fiscal por ele empreendida foi contracionista com o intuito de conter o déficit fiscal e a inflação.

b) Correto. A utilização das Instruções 70 e 113 da SUMOC permitia a seletividade nas importações (com taxas mais valorizadas aos bens mais essenciais) e não colocação de divisas na importação de determinados bens, que ingressam como

itens de capital sob a rubrica de investimento direto estrangeiro. Em resumo, tais medidas incentivavam importações ao mesmo tempo que não pressionavam o mercado de câmbio.

c) Como visto, a politica cambial foi a mais utilizada em termos de política econômica na década de 50 (políticas monetária e fiscal foram passivas em grande parte deste período).

d) Vários regimes foram aplicados no período, salvo o padrão-ouro.

e) Objetivo foi ampliar as importações.

GABARITO: LETRA B

Questão 13 (CESPE ERSTT (ANTT)/ANTT/Economia/2013)

A respeito das mudanças e da evolução da economia brasileira, julgue o item.

O Plano de Metas (1956/1961) tem sido considerado como a primeira experiência efetiva de planejamento governamental no Brasil, por seu caráter abrangente, pelo

reconhecimento da interdependência dos diversos setores da economia. Um dos conceitos então adotados foi o de ponto de germinação, em oposição ao de estrangulamento, embasado no pressuposto de que a oferta de infraestrutura estimula a criação e a expansão das atividades produtivas.

Questão direta que define bem o Plano de Metas.

GABARITO: Certo

Questão 14 (CESPE Ana MPU/MPU/Perícia/Economia/2013

A partir da segunda metade do século XX, foi intensificada a elaboração de planos de desenvolvimento executados pelos governos brasileiros. Nesse contexto, julgue o item abaixo.

A comissão mista Brasil/Estados Unidos, que atuou no período entre 1951 e 1953, elaborou um relatório final em que articulava um diagnóstico da economia brasileira, no qual identificou os seguintes tópicos: pontos de estrangulamento; medidas respectivas para solucioná-los; políticas fiscal, monetária e cambial necessárias ao equilíbrio macroeconômico com a eliminação das tensões inflacionárias.

Estes tópicos correspondem corretamente à analise da CMBEU.

GABARITO: CERTO

Questão 15 (CESPE Diplomata/IRBr/2015)

A respeito da economia brasileira nos séculos XIX e XX, julgue (C ou E) o item subsequente.

O Plano de Metas adotado no governo de Juscelino Kubitschek consistiu em um plano de trinta metas para responder às tensões que a economia estava vivendo, com o intuito de superar alguns estrangulamentos vividos nos setores de energia e transporte, bem como de desenvolver a indústria de base e de bens intermediários.

Correto, como vimos na aula. Adicionalmente, o Plano continua, de fato, 30 metas, divididas: Setores da energia (1 a 5), Setores do transporte (6 a 12), Setores da alimentação (13 a 18), Setor da indústria de base (19 a 29), Setor da educação (30).

GABARITO: Certo

Questão 16 (CESPE Eco (DPU)/DPU/2016)

A respeito de aspectos econômicos na segunda metade do século XX, julgue o item a seguir.

Os aspectos que favoreceram a implantação do plano de metas incluem a oferta abundante de energia para o setor produtivo.

Na verdade, o setor de energia carecia de investimentos e desenvolvimento e, por isto, foi considerado como prioritário no Plano.

GABARITO: ERRADO

Questão 17 (CESPE AFCE (TCESC)/TCESC/)

Acerca das mudanças estruturais, dos planos de desenvolvimento e dos planos de estabilização da economia brasileira ao longo do século XX, julgue o item que se segue.

A execução do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek deus-se por diversos incentivos, como, por exemplo, o sistema de múltiplas taxas de câmbio, em que as taxas cambiais eram valorizadas para exportação e desvalorizadas para importação, a fim de dar curso ao processo de industrialização.

Como vimos, era o contrário. Para incentivar as importações de bens essenciais, a taxa de câmbio para estes bens era valorizada. Aos bens importados não essenciais aplicava-se taxa mais desvalorizada.

GABARITO: ERRADO

Questão 18 (CESPE Aud CE (TCEPA)/ TCEPA/Planejamento/Economia/2016)

Julgue o item subsequente, relativo a mudanças estruturais da economia brasileira, planos de desenvolvimento e planos de estabilização.

O Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira constituiu um esforço bem-sucedido de industrialização substitutiva de importações, porém propiciou o surgimento de um processo inflacionário subsequente.

Ponto abordado em nossa aula. Em função do financiamento predominantemente público do Plano, déficits fiscais e expansão monetário foram gerados, o que ocasionou inflação.

GABARITO: Certo

Questão 19 (CESPE AGE (SEDF)/SEDF/Economia/2017)

Industrializar aceleradamente o país; transferir do exterior para nosso território as bases do desenvolvimento autônomo; fazer da indústria manufatureira o centro dinâmico das atividades econômicas nacionais — isso resumiria o meu propósito, a minha opção.

Juscelino Kubitschek, citado em G. Mayrink. Juscelino.
In: Grandes Líderes, Nova Cultural (com adaptações).

O trecho apresentado sintetiza o plano de desenvolvimento econômico do ex-presidente Juscelino Kubitschek (JK), que governou o Brasil entre 1956 e 1961.
Com relação às mudanças estruturais da economia brasileira no período, julgue o item seguinte.

Ao longo do governo JK, o setor agropecuário perdeu espaço para o setor industrial, em decorrência de fatores como a intensificação do processo de substituição de
importações.

Corretíssimo e muito importante, conforme dados apresentados em nossa aula. A agropecuário perdeu importância relativa em nossa renda. Não necessariamente por conta de uma retração do setor, mas por conta de um elevado crescimento do setor industrial.

GABARITO: Certo

Questão 20 (CESGRANRIO PB (BNDES)/BNDES/Economia/2009)

O Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado e sua equipe para o governo de João Goulart, tinha vários objetivos específicos, dentre os quais NÃO se encontra o de

a) realizar a reforma agrária com finalidade social e de expansão do mercado

interno.

b) garantir o crescimento real dos salários a uma taxa anual 3% superior ao aumento da produtividade.

c) garantir uma taxa de crescimento do PIB de 7% a.a.

d) resolver a situação do balanço de pagamentos renegociando a dívida externa.

e) reduzir a inflação para 10% a.a. até 1965.

Garantir o crescimento real dos salários a uma taxa anual 3% superior ao aumento da produtividade não estava previsto no Plano Trienal.

GABARITO: LETRA B

Questão 21 (CESPE Diplomata/IRBr/2010)

Com respeito a temas da história econômica brasileira, julgue C ou E.

Pode-se considerar que o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por equipe liderada por Celso Furtado, fracassou em sua meta de reduzir a inflação e estimular o crescimento econômico.

Corretíssimo, como vimos. O plano em questão apresentou retumbante fracasso.

GABARITO: CERTO

Questão 22 (CESPE Eco (MPOG)/MPOG/"PGCE (Especial)"/2015)

Acerca dos principais planos de desenvolvimento e de estabilização implementados desde a segunda metade do século XX, julgue o próximo item.

O Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, teve inspiração ortodoxa de combate à inflação e adotou medidas complementares de cortes de gastos públicos.

Ponto interessante e que confunde muitos alunos.

Em que pese o Plano Trienal ter sido elaborado por Furtado, economista heterodoxo, o diagnóstico da inflação, bem como soluções apresentadas, era ortodoxo.

Desta forma, pode-se dizer que o Plano Trienal tinha componentes ortodoxos e heterodoxos e, por isso, alguns estudiosos o definem como "misto".

GABARITO: Certo

Questão 23 (CESPE Diplomata/IRBr/2016)

No rol dos esquemas transitórios de combate à inflação apareceu o Plano Trienal, como uma heroica tentativa de compatibilização dos dois propósitos subjacentes em toda anterior controvérsia — defesa da taxa de crescimento e atenuação da inflação em um quadro tumultuoso, no qual os acontecimentos cada vez mais tendiam a escapar de qualquer controle pela política econômica.

Carlos Lessa. 15 anos de política econômica.

São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 134 (com adaptações).

Tendo como referência inicial o fragmento de texto antecedente, julgue o próximo item, a respeito da conjuntura econômica dos anos que precederam a ditadura militar.

O diagnóstico do Plano Trienal sobre a aceleração inflacionária no período de 1962 a 1963 enfatizava como causa mais importante dessa aceleração o excesso de demanda relacionada ao aumento do gasto público.

Como vimos, o Plano Trienal entendia a inflação como função do aumento do gasto público.

GABARITO: Certo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos aqui a nossa aula demonstrativa. Espero que tenha gostado e compreendido nossa proposta de curso.

Saiba que, ao optar pelos Estratégia Concursos, estará fazendo a escolha certa. Isso será perceptível no decorrer do curso, a medida em que formos desenvolvendo os assuntos.

Quaisquer dúvidas, sugestões ou críticas entrem em contato conosco. Estou disponível no fórum no Curso, *Facebook* ou *Instagram*.





https://www.facebook.com/profvicentecamillo/



https://www.instagram.com/profvicentecamillo/

Obrigado pela companhia.

Aguardo vocês na próxima aula.

Bons estudos e até lá!

Prof. Vicente Camillo

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.